

A MINIMIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA E A EXPONENCIAÇÃO DO TRABALHO PRECARIZADO NO BRASIL 1990-2005¹

Alessandro de MOURA ²

“O trabalho agora está dividido. Eles fazem seus pedacinhos. Matando o espírito e cansando os músculos, as horas passam. (...) A máquina é espirituosa e o trabalho Jaz sem espírito, pois os toques da mão são simples. Mas o cansaço Nem por isso se torna menor (...)”.

B. Brecht

RESUMO

No presente texto abordaremos de forma sintética o desenvolvimento do toyotismo no Brasil e seus impactos sobre a classe operária brasileira. Esta, na figura dos metalúrgicos do ABC paulista, possuía na década de 1980 um elevado nível de organização sindical e de poder de barganha com o capital, constituindo vanguarda da classe trabalhadora brasileira. Porém nos últimos quinze anos passaram (e passam) por um intenso processo de reestruturação produtiva. Este processo se dá através da (re)constituição do trabalhador coletivo pelo capital (enquanto classe operária articulada a partir de bases materiais em um projeto para si), possuindo múltiplos impactos objetivos e subjetivos. Constituí eixo da nossa análise os impactos destas transformações no mundo do trabalho no Brasil durante o período 1990-2005, com enfoque nas metamorfoses da relação capital trabalho e seus desdobramentos.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Classe operária. Precarização do trabalho metalúrgico. Neoliberalismo.

O toyotismo surge no Japão no final da década de 1940 com a lógica de produção máxima com o mínimo de operários. O “Modelo Toyota de Produção” foi importado por outros países em períodos diferentes chegando aos EUA e a países da Europa por volta da década de 1970, 1980 e no Brasil dissemina-se, principalmente, durante a década de 1990.

¹ Artigo elaborado a partir das análises referentes à pesquisa “A Experiência da Precariedade e da Precarização do Trabalho Metalúrgico - O Caso dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC(1995-2005)” financiada pelo CNPq/PIBIC/. Sob orientação do Prof. Dr Giovanni Alves – Departamento de Sociologia e Antropologia

Este “novo modelo” produtivo, como uma complexa articulação de dispositivos ideológicos-organizacionais, trouxe uma série de impactos ao mundo do trabalho, dentro e fora do ambiente de trabalho. Entre os objetivos do toyotismo busca-se a formação de um “trabalhador de novo tipo”, colaborador e participativo. O desenvolvimento da dinâmica toyotista “sai” da fábrica de automóveis e se dissemina pela sociedade. Por não se restringir ao mundo do trabalho, as transformações no modo de produção acaba por desenvolver novas formas de relações sociais. Altera-se a dinâmica da sociabilidade do trabalho e fora dele, tanto no sentido objetivo, ou seja, no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho, quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe contingente e necessária (ALVES, 2007). Nesse sentido, destacaremos, também de forma sintética, alguns dos efeitos do desenvolvimento do toyotismo sobre a subjetividade/objetividade do ser social.

Com a crise do sistema produtivo de organização taylorista/fordista, houve uma intensa e extensa reorganização do capital produtivo, a partir de tal crise dissemina-se um ‘novo modelo produtivo’, que viria a ser conhecido como toyotismo. No Brasil os primeiros aspectos do toyotismo são incorporados no final da década de 1980, difundindo-se de forma mais intensa e extensa na década de 1990, principalmente a partir da adoção de políticas neoliberais e a paridade da moeda brasileira (o Real) com o Dólar, que, entre outros, possibilitou grande fluxo de importações de máquinas e equipamentos para o país, que acabou por alterar significativamente a composição orgânica do capital (em favor do capitalista).

É nessa problemática que insere-se o processo de a precarização do trabalho da categoria dos metalúrgicos, como aumento do desemprego, desvalorização dos salários e a vigência de contratos de trabalhos precarizados. A precarização das condições de trabalho, salários e regimes de contratos está ancorada à lógica da reestruturação das indústrias automobilística no Brasil. Com a crise do sistema produtivo no Brasil, principalmente a partir do início da década de 1990 e com a introdução do toyotismo no país, houve uma intensa e extensa reorganização do capital produtivo, que gerou impactos diretos sobre o setor metalúrgico automobilístico. Esta dinâmica reestruturativa complexa tem impactos

² Graduando do 4º ano de Ciências Sociais (alessandromoura@marilia.unesp.br) – UNESP – Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências – 17525-900 – Marília – SP.

diretos sobre a objetividade e subjetividade do mundo do trabalho incluindo os metalúrgicos.

Como forma de contornar a crise, o setor automobilístico, sobretudo no período, passou por um intenso processo de reestruturação que foi capaz de metamorfosear o sistema produtivo, desencadeando efeitos importantes sobre os trabalhadores do setor. Já é tangível a configuração de um “trabalhador de novo tipo”. Desencadeia-se um processo sócio-estrutural que ocorre através do complexo de reestruturação capitalista em seus nexos modernos e na sua dimensão produtiva organizacional, tecnológica e sócio-espacial, que transformou a classe operária. Desta forma, a reestruturação produtiva pode ser considerada como a mais recente metamorfose do capital enquanto sujeito “automático” em busca de sua reprodutibilidade. Que desencadeia transformações sobre a sociedade (enquanto intersubjetividades).

A título de elementos empíricos consideramos o caso da região do ABC paulista, esta foi o polo da indústria automotiva brasileira, onde emergiu e desenvolveu-se a classe operária brasileira, tal processo tem como marco histórico às greves de 1978/1979. O movimento político-econômico da classe operária do ABC influenciou e estimulou uma série de outros movimentos contestatórios que eclodiram durante a década de 1980, tais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e, também o PT (Partido dos Trabalhadores).

Porém, pode-se dizer que a história de confronto e de contestação do capital, pela classe operária do ABC paulista, teve curta duração. Para mimar as forças contestatórias e organizativas da classe operária no Brasil, influenciaram diversos fatores. Que vão desde a derrubada do muro de Berlim, com a dissolução da URSS, passando pela reorganização do capital a nível internacional, e ainda a derrota de Lula (Luís Inácio Lula da Silva) por Fernando Collor de Mello em 1989, com a introdução do neoliberalismo no Brasil, e por ultimo, mas não menos importante, a introdução de técnicas produtivas oriundas do toyotismo, que gera uma nova forma de hegemonia do capital sobre produção com a desorganização da classe operária enquanto *classe para si*³.

³ Por *classe para si* designamos relações que vão para além das relações dos homens com os meios de produção. Trata-se da consciência da situação de classe, que possibilita agir de acordo com um interesse de classe, fundado em experiências compartilhadas, vividas e percebidas. Tal capacidade da *classe para si*

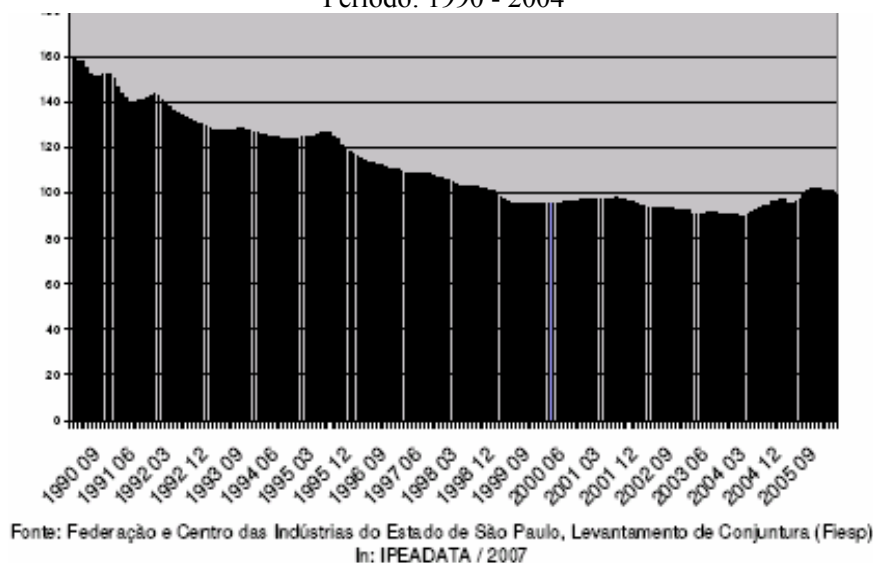
Consideramos que tal conjuntura foi imprescindível para minimizar a resistência a entrada do toyotismo no Brasil. Os avanços do toyotismo, também no Brasil, trouxe consigo efeitos disruptivos sobre a organização dos trabalhadores. Com a adoção de novas técnicas produtivas gerou-se uma nova onda de demissões de trabalhadores e de dispersão da classe operária no país. Exemplo de alguns dos impactos do toyotismo no Brasil é o índice de desemprego no país, que passa de uma média de 6% em 1990 para 17% em 2005, ou seja, quase triplica. Mais especificamente em relação ao nível de emprego na indústria, na Região Metropolitana de São Paulo, como se pode observar no gráfico a seguir, o número de postos de trabalho diminui cerca de 50% (DIEESE 2007). Segundo dados do Dieese, em 2004 o ABC paulista atinge uma taxa de desemprego total de 18,3%.

Com isso podemos observar que o nível de desemprego e fechamento de postos de trabalho não diminuem com o impeachment de Collor. Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso mantém-se o crescimento desenfreado do índice de desemprego. O governo F.H.C dá continuidade ao avanço das políticas neoliberais e desregulamentação dos mercados, mantendo e aprofundando as políticas neoliberais no Brasil, o que dá impulso a precarização continuada do trabalho. Com a burguesia industrial unificada em torno do projeto neoliberal, como forma de manter seus lucros, é redobra a exploração do trabalho

Na indústria de São Paulo, é possível verificar uma queda acentuada no nível de postos de trabalho, que cai de um nível de 137,2 em janeiro de 1990 para 73,13 em outubro de 2004, ou seja, ocorre uma diminuição em torno de 50% dos postos de trabalho. Desta forma, a reestruturação produtiva acaba por constituir uma investida do capital contra a classe operária, debilitando as condições de articulação e de vida da classe, estabelecendo novos níveis de precariedade no mundo do trabalho, além disso, debilita-lhes também a capacidade organizativa, pois o crescente desemprego influenciou também a mudança de postura das entidades que defendiam os interesses da classe trabalhadora (CUT e Força Sindical). É possível acompanhar, por meio do gráfico, a diminuição do nível de emprego na indústria, desde o início dos anos 1990 até 2004, no principal e mais industrializado estado brasileiro.

envolve capacidade de mobilização política e cultural para passar da submissão para a subjetivação, negando a ordem dada (MARX, 2004).

Gráfico 01 - Nível de emprego – indústria – índice (jun. 1994 = 100)
Período: 1990 - 2004



Com o avanço do toyotismo e de novas formas de contratação, e ainda, com o fechamento de postos de trabalho, a classe operária diminui não só numericamente, mas simultaneamente diminui também seu poder de pressão e de barganha com o patronato. Por outro lado, mesmo diminuindo crescentemente os postos de trabalho as indústrias, com a introdução do toyotismo e intensificação, do trabalho potencializam sua produtividade e o lucro. As inovações do toyotismo, como os CCQ (círculos de controle de qualidade) a *lean production*, estoque mínimo, *just in time*, *kanban*, trabalho em equipe (que exige um comprometimento dos trabalhadores com a redução de custos da produção) e a descentralização do processo produtivo buscam tornar a fábrica mais eficiente, “magra” e “leve” e, sobretudo mais lucrativa. Tais transformações fazem com que a fábrica taylorista/fordista seja reconfigurada, esta diminui física e espacialmente.

Diante das inovações técnico-organizacionais do complexo de reestruturação produtiva, a fábrica é minimizada, esta reduz significativamente suas plantas produtivas, com a diminuição de estoques, diminuição espacial das montadoras, diminuição do número de trabalhadores e dos “autômatos mecânicos”. A título de exemplificação empírica podemos observar, na tabela 01 a seguir, a diminuição do nível de emprego na montadoras do ABC paulista. Ou seja, trata-se de um processo de minimização de amplos aspectos da fábrica. A fábrica é tudo que ela comporta (homens e máquinas) como tudo que é sólido, desmancha no ar. As inovações do toyotismo torna possível o desenvolvimento de um intenso processo de minimização, em amplos aspectos, da fábrica. Com isso, a precarização

do trabalho aprofundada pelo toyotismo dissemina-se por todas as formas de trabalho assalariado da sociedade do capital. Evidencia-se que mesmo o processo produtivo passando por transformações radicais, é necessário garantir a extração de mais-valia, os salários, condições de trabalho e garantias do trabalhador não evoluem com as inovações tecnológicas. Com a diminuição espacial das montadoras, ocorre ainda um processo de verticalização da produção.

Tabela 1 - Nível de emprego nas montadoras Brasil/ABC
(Base: 01 de abril de 1988 = 100)

Ano	Brasil	ABC	Ano	Brasil	ABC
1979	127.081	72.143	1989	118.369	55.285
1980	133.683	73.030	1990	117.396	58.088
1981	103.992	62.869	1991	109.428	53.916
1982	107.137	56.825	1992	105.664	52.016
1983	101.087	56.171	1993	106.738	49.551
1984	107.447	55.264	1994	107.134	48.727
1985	122.217	62.631	1995	104.614	47.491
1986	129.232	68.381	1996	101.857	43.241
1987	113.474	60.950	1997	106.085	42.378
1988	112.985	55.338	1998	95.357	39.688

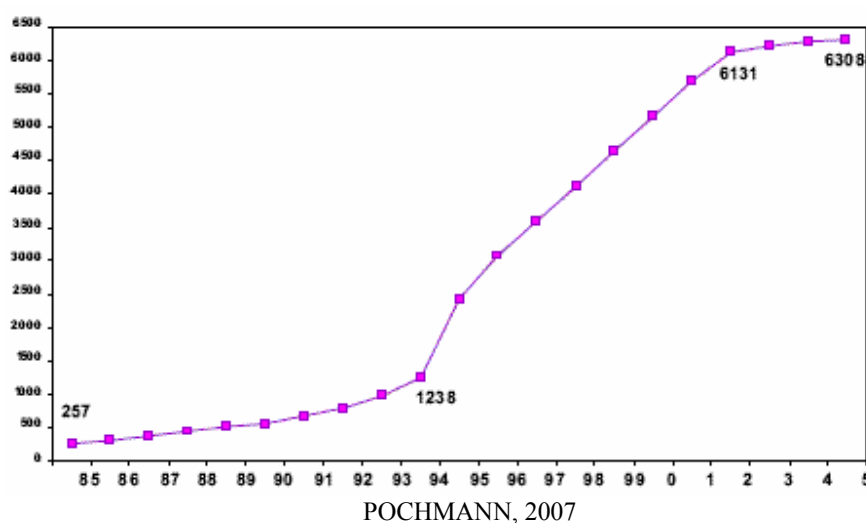
Fonte: Subseção do DIEESE/Metalúrgicos do ABC.
LEITE, 2000.

Somou-se ainda ao crescente fechamento de postos de trabalho, como avanço do capital sobre a classe operária, a flexibilização das leis de trabalho, por meio da Lei 9.601/1998 e também a terceirização de parte da mão-de-obra. Com o número de trabalhadores reduzidos pela metade com abrupta diminuição de postos de trabalho. Somados ainda a terceirização da força de trabalho, que estabelece alta rotatividade de trabalhadores, dificultou-se sobremaneira as formas de organização e desenvolvimento da *solidariedade de classe* entre os trabalhadores. Desta forma, além do aumento do desemprego e a terceirização servirem como mecanismos de barateamento do custo da mão-de-obra, serviram também como importante instrumento de desarticulação da classe operária.

Através da terceirização acelera-se o processo desconstrução/reconfiguração do trabalhador coletivo. A terceirização se configurou como uma das mais importantes marcas das políticas neoliberais no país, aprofundando a crise dos coletivos assalariados. Para se ter idéia da amplitude da terceirização, pode-se observar que de 1985 a 2005 a terceirização

no emprego formal aumentou mais de 700% no estado de São Paulo, estado que constitui o pólo de industrialização do país, gráfico a seguir. Com isso, o processo de terceirização da força de trabalho impõe “uma nova dinâmica no interior do mercado de trabalho brasileiro (...), seus efeitos são expressivos e de rápida generalização nos contratos de trabalho, o que permite equívale à força de uma verdadeira reforma trabalhista e sindical”. (POCHMANN, 2007).

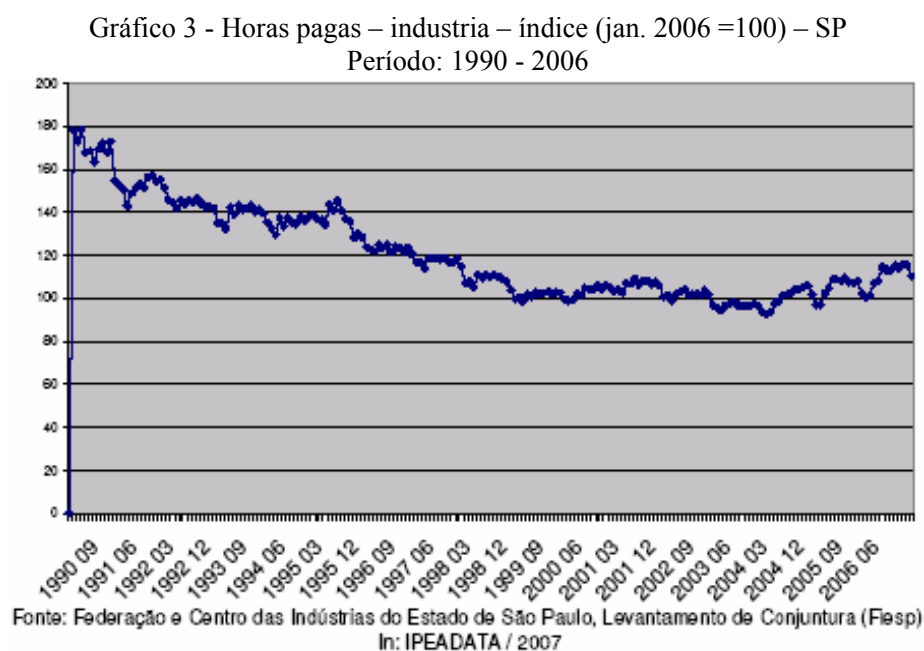
Gráfico 2- Evolução do emprego formal terceirizado Estado de São Paulo
Período: 1985 - 2005



A partir de tal reconfiguração acelera-se o processo de precarização do trabalho fruto da reestruturação produtiva e adoção de técnicas toyotistas de produção e de organização da força de trabalho. Tais técnicas potencializaram a capacidade produtiva do setor automobilístico, ao mesmo tempo em que possibilitou a eliminação de postos de trabalho e enxugamento da folha de pagamentos. Com o avanço do toyotismo e de políticas neoliberais no país, tem-se a multiplicação do desemprego no setor automobilístico. Tem-se um período de intensa informatização do trabalho, com exponenciação dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores *part time*, em meio a tais metamorfoses do capital e do mundo do trabalho configura-se uma espécie de subproletariado.

A reestruturação produtiva gera importantes impactos na classe operária, tanto no plano objetivo como no plano subjetivo. Em relação às transformações no plano *objetivo-concreto*, além das demissões que coagem a organização dos trabalhadores e da

terceirização que desenvolve importantes obstáculos a organização dos trabalhadores enquanto classe, tem-se também a precarização das condições de trabalho e direitos dos trabalhadores que permanecem empregados. Tal problemática pode ser apreendida a partir de elementos como os patamares inerciais de valorização dos salários (gráfico 05), ao mesmo tempo em que aumentam os custos da cesta básica, e ainda, e pela vigência de contratos de trabalhos precarizados, com redução expressiva das horas pagas na indústria, como podemos observar no 03 gráfico a seguir. No plano subjetivo tem-se a transformação da subjetividade operária, pois os trabalhadores são cobrados a terem posturas mais participativas e para que vistam a “camisa da empresa”, bem como a desorganização da classe operária enquanto *Classe para Si*, ou seja, na própria consciência de classe.

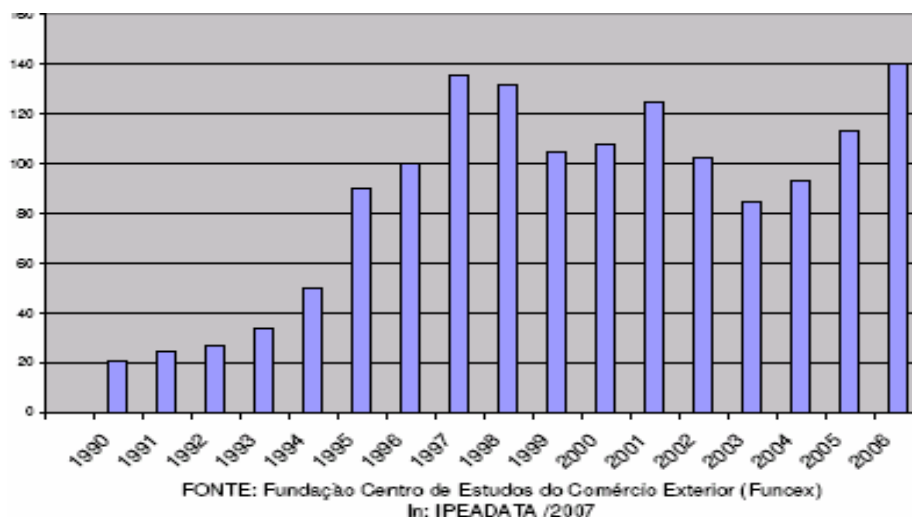


Esse todo articulado pode evidenciar que a crise produtiva pela qual passou o setor alterou a correlação de força em favor do patronato. A reorganização do capital teve impactos diretos sobre a organização e condições de vida da classe trabalhadora. Com o início da crise no início de 1990 o setor demitiu um grande número de trabalhadores, porém, mesmo com a recuperação de mercados e lucros, não houve a recontratação na mesma proporção das demissões, pelo contrário, o desemprego no setor continuou a aumentar. Exemplo disso é o número de empregados nas montadoras passou de 58 Mil em

1990 para 35 Mil em 1999 (tabela 01). A reorganização do sistema produtivo no setor automobilístico além de cortar postos de trabalho serviu ainda para desorganizar a classe operária brasileira.

As inovações na cadeia produtiva foram, de certa forma, facilitadas pela conjuntura recessiva, instabilidade financeira e o desemprego crescente. Pois diante de tal quadro o poder de barganha do movimento sindicalista entra em processo de degeneração. Com isso cada vez mais os trabalhadores ficam sujeitos aos dissabores dos capitalistas e contratantes de mão-de-obra. É importante apreender o processo de reestruturação produtiva e seus nexos, tanto a partir de determinações do *capital em geral*, quanto dos *múltiplos capitais*. Como os novos padrões de concorrência capitalista em decorrência da nova inserção do Brasil no capitalismo global, tornou-se imprescindível a modernização da indústria no país. Desde o início do governo Collor 1990 e principalmente a partir do Plano Real, em 1994, que estabelece a paridade com o dólar, acelera-se fluxo de importação de máquinas e equipamentos para o país, como se pode observar no gráfico 04 a seguir, o que cria condições objetivas para alterar a composição orgânica do capital e assim, dispensar trabalhadores.

Gráfico 4 - Importações - bens de capital - quantum - índice (média 1996 = 100)
Período: 1990 – 2006

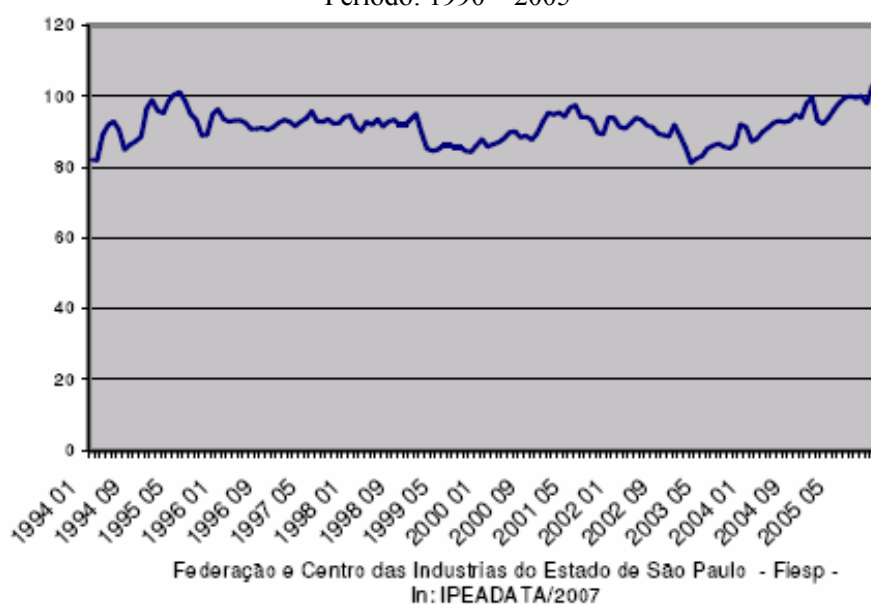


A reestruturação do setor automobilístico baseia-se na redução de custos na produção buscado a potencialização dos lucros do setor, procurando ainda uma maior rentabilidade e assim, novos padrões de acumulação de capital. Tal finalidade é alcançada

principalmente com as inovações tecnológicas e organizativas, que prevê a redução relativa de operários, salários e do tempo de produção. Além da adoção de novas técnicas de organização do trabalho e de produção, a reestruturação produtiva representa também, política e economicamente, uma nova forma de adaptação do Estado e do mundo do trabalho ao novo período da economia mundial. Com as inovações organizacionais e posteriormente a adoção ampla de novas tecnologias, o desemprego na década de 1990 atingira altíssimos índices no Brasil. Ou seja, com a reestruturação produtiva e seus nexos organizacionais, foi possível uma investida do capital contra os direitos e garantias dos trabalhadores, conquistadas pelo movimento operário durante toda a década de 1980.

Esta investida contra os trabalhadores permitiu também, em grande medida, o controle da força de trabalho no setor automobilístico. Tal tendência pode ser observada inclusive pela diminuição do número de greves durante a década de 1990. É importante observar que o número de greves diminuiu, ao mesmo tempo em que aumenta o nível de desemprego no setor. Aliado a isso ocorre ainda um processo de valorização inercial do salário mínimo, gráfico a seguir. Ou seja, diminuição crescente da classe operária na indústria, para emergir em seu lugar a “classe” que vive da venda da força de trabalho. Não bastando o aumento desmedido do desemprego no setor automotivo, os trabalhadores que passam a compor a força de trabalho nas indústrias do setor durante a década de 1990, tiveram seu estatuto e salarial corroído.

Gráfico 5 - Salário real - indústria - índice (jan. 2006 = 100) - SP-
Período: 1990 – 2005

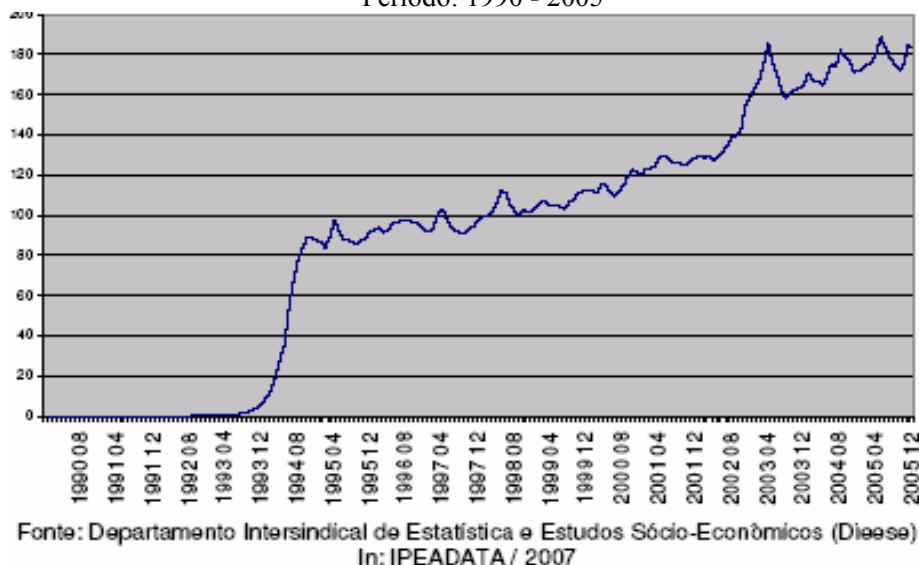


Durante o período 1990 – 2005 desenvolve-se de forma generalizante a desvalorização da força de trabalho, com novos padrões de subsunção aos imperativos do capital. Importante destacar, que é justamente a precarização dos contratos de trabalho, salários, direitos e das condições de trabalho, que geram condições objetivas para uma nova retomada e reorganização do capitalismo no Brasil com exponenciação dos lucros. O setor automobilístico revigora-se, pois a produção de autoveículos no Brasil passa de um total de 914 mil por ano, em 1990, para mais de 2 milhões meio em 2005 (ANFAVEA). Porém, tal processo não traz condições favoráveis para os trabalhadores, pois além da ínfima valorização salarial e aumento dos custos de vida, o número de postos de trabalho diminui significativamente. A recuperação do sistema produtivo é ancorada na superexploração do trabalho vivo.

O trabalhador, por outro lado, dada a ampliação dos contratos de trabalho parcial, temporário e terceirizado, torna-se cada vez mais desamparado, tanto pela legislação trabalhista, como pelo Estado brasileiro (neoliberal), bem como pelo sindicato que, tende, em proporções cada vez maiores, a formas de concertação social, como no caso do sindicalismo propositivo e de resultados. O próprio movimento sindical (CUT e Força Sindical) acaba por sustentar o *status quo* da submissão da “classe” que vive do trabalho aos imperativos do capital. É claro que o avanço do toyotismo, com seu consecutivo desenvolvimento tecnológico e organizacional, e adoção de novas tecnologias e formas de organização da força-de-trabalho, como as técnicas de envolvimento operário, paulatinamente contribuem, para subsunção mão-de-obra. O controle da força de trabalho e as inovações na cadeia produtiva são, de certa forma, facilitadas pela conjuntura recessiva, instabilidade financeira e o desemprego crescente.

Os níveis salariais, gráfico anterior, não conseguem acompanhar os aumentos reais da cesta básica, gráfico a seguir. Pois como agravante das condições de vida da classe trabalhadora ainda, com aumento do desemprego, desvalorização salarial, pode se observar que os preços da cesta básica, consumida pela classe trabalhadora está em constante elevação, como demonstra o gráfico a seguir, o que dificulta o acesso desta aos meios necessários para repor as energias gastas durante o trabalho, e assim manter sua existência física.

Gráfico 6 - Cesta básica – municípios de São Paulo – R\$ - Dieese -
Período: 1990 - 2005



Houve diminuição relativa da classe operária na indústria do país, e ainda, mesmo com a recuperação dos lucros do setor os valores salariais continuaram em declínio. Como agravante do desemprego e da instabilidade do trabalho, amplia-se o contrato de trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado. Essa desvalorização da mão-de-obra compõe o arcabouço necessário ao novo período de desenvolvimento da valorização do capital e da acumulação capitalista. Como constatava Karl Marx (1818-1883), sem um contingente excedente de trabalhadores a disposição do capital a expansão do sistema capitalista seria impossível.

É a subsunção da classe operária um dos elementos fundamentais para se estabelecer às condições necessárias para o desenvolvimento do capital, pois para que possa ocorrer a expansão do capital, “grandes massas humanas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos, sem prejudicar a escala de produção em outros ramos” (MARX, 1987, v. II). O próprio processo de desenvolvimento tecnológico e organizacional, a adoção de novas tecnologias e de novas formas de organização da força-de-trabalho e as técnicas de envolvimento operário desenvolvida pelas técnicas do toyotismo, progressivamente contribuem para subsunção mão-de-obra aos imperativos do capital. Com o toyotismo ocorre a crescente liberação de força-de-trabalho, dilatando a

incompatibilidade entre a oferta e demanda de trabalho vivo, que tente a ser convertida, cada vez mais, em mercadoria dispensável.

A indústria torna-se cada vez mais “leve” – pois desenvolve-se uma profunda (re)adequação tecnológica que a torna cada vez mais “magra” – dispensa trabalhadores continuamente, além de diminuir as plantas produtivas em termos espaciais, e mesmo as inovações tecnológicas vão deixando no passado os “velhos autômatos” e hidráulicos e os substituindo-os por *softwares*, assim o próprio trabalho morto torna-se mais leve. Porém, para a classe operária, a reestruturação produtiva só faz remontar prejuízos, como a perda de direitos – no caso da terceirização -. Perda da estabilidade no emprego – pois a cada inovação produtiva há novos cortes de postos de trabalho, bem como a perda do *status* de operário de grandes montadoras. Perdas salariais. E principalmente a perda (além do emprego para muitos) de profissões que desaparecem com a introdução de novas máquinas, equipamentos e técnicas produtivas.

Modo de produção e Modos de vida

As transformações nos modos de produção da sociedade exigem a construção de novos tipos de trabalhadores, como destaca Marx “o tear manual gerou a sociedade do senhor feudal; o tear a vapor, a sociedade do capitalista industrial”. (Apud THOMPSON, p. 12, v. II). O sistema capitalista passa por metamorfoses no modo de produção, tais como o taylorismo, fordismo, e mais recentemente o toyotismo. “Eis, portanto, os fatos: indivíduos determinados com atividade produtiva determinada entram em relações sociais e políticas determinadas”. (MARX, 1998, p.18).

O que mais nos interessa neste aspecto é que as metamorfoses no modo de produção engendram impactos estruturais e organizativos no tecido social, que se constitui como um todo articulado, mas, principalmente, exigem transformações na forma de ser da classe trabalhadora, que estão direta e materialmente acopladas à base do processo produtivo e aos meios de produção. Considerando ainda que as classes trabalhadoras compõem a maior parcela da sociedade e que as classes sociais por serem antagônicas, burguesia x operariado, estão umbilicalmente ligadas entre si como um todo social. Desta forma, se é imposta uma nova forma de configuração, ou *modos de ser* das classes trabalhadoras acaba-se por promover transformações na sociedade como um todo, ou seja, amplia-se para outras

esferas e espaços. A lógica da empregabilidade e da cooperação com a empresa ganha outros espaços que não só a fábrica ou o local de trabalho.

Com isso, as crises sociais e revoluções no sistema produtivo, podem fazer com que desmoronem e aflorem novas subjetividades, fruto das novas formas de organização objetiva e subjetiva dos sujeitos sociais, exigidas pelo *modus operandi* do sistema produtivo. Isso por que “A produção das idéias, das representações e da consciência está, a principio, direta e indiretamente ligada a atividade material e ao comércio material dos homens: ela é a linguagem da vida real (MARX, 1998, p. 18).” O sistema produtivo do capital depende de sua organicidade para vigorar. Assim, este traz em si uma série de elementos constitutivos com a finalidade de cooptação e “captura” da subjetividade dos indivíduos para os fins do capital, ou seja, sua própria reprodução. O capitalismo impõe formas de controle sobre o metabolismo social que não apenas controle sindical ou político.

As transformações no modo de produção exigem e produzem, como síntese de sua gênese, novas formas de materialidade social, transformando intersubjetividades (entendidas enquanto subjetividades que se inter-relacionam), pois “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, 1999, p. 266). Quando se determina novas formas de organização da produção e da materialidade do trabalho, relações dominantes na sociedade capitalista, cria-se também novas formas de produção e da materialidade da vida humana e assim das relações sociais, tanto no trabalho como fora dele, pois o modo de produção de uma sociedade é também o modo de cooperação entre os homens desta sociedade. Trata-se segundo Marx, de uma “dependência material dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção (...) dependência esta que assume constantemente novas formas (MARX, 1998, p. 23)”. Por isso, o desenvolver do capitalismo precisa necessariamente liquidar certos modos de vida e de organização social de tempos em tempos em prol da acumulação e de seu próprio desenvolvimento.

[...] um modo de produção ou estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou um estágio social determinados, e que esse modo de cooperação é, ele próprio, uma “força produtiva”; decorre igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determinam o estado social [...]. (MARX, 1998, p. 24).

A sociedade como um todo de complexos articulados, torna impossível separar as esferas da vida. Ou seja, com as transformações nos modos de produção desenvolvem-se novos tipos de trabalhadores, novas relações de trabalho e consequentemente, abrem-se possibilidades para a criação de novos tipos de relações sociais. Pois os homens não podem permanecer imutáveis as transformações em sua realidade, pelo contrário, eles são sempre, em determinada medida, “condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e das relações que elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar (...) o ser dos homens é o seu processo de vida real”. (MARX, 1998, p. 19). Com o desenvolvimento de novos surtos nas forças produtivas, e de novas necessidades, tem-se o lastro para o desenvolvimento de novos tipos de homens dada à relação indissociável (e dialética) Homem & Sociedade.

É claro que não se trata de uma relação mecânica, pois existem formas implícitas e explícitas de resistência humana aos enquadramentos do sistema produtivo. Com destaca Marx, “a força produtiva, estado social e consciência – podem e devem entrar conflito entre si” (MARX, 1998, p. 27). Porém, para que o capitalismo mantenha seu vigor e organicidade, como modo de produção dominante, assegurando sua própria reprodutibilidade enquanto modelo de organização social deve-se garantir que mantenha, em intensidade e extensão, sua capacidade de controle dos corpos e da geração de mais-valia. Desta forma o toyotismo constitui-se como “expressão plena de uma ofensiva ideológica (e material) do capital na produção. Ele é um dispositivo organizacional e ideológico cuja “intentio recta” é buscar debilitar (e anular) ou ‘negar’ o caráter antagônico do trabalho vivo no seio da produção do capital” (ALVES, 2007, p. 167).

Com isso destacamos que a reestruturação produtiva determina uma radical transformação na materialidade do capital, e também, principalmente determina, dada a relação capital-trabalho, radical transformação na forma de Ser em Si⁴ do trabalhador. É o trabalho que estrutura a vida da classe que vive da venda de sua própria força de trabalho. Essa totalidade de elementos concretos que envolvem o *Ser em Si*, a vida do trabalhador, acabam por alterar em profundidade os hábitos e vivências do trabalhador, gerando-se

⁴ Por *Ser em Si*, designamos as relações a partir de condições determinadas objetivamente entre homem e meios de produção (MARX, 2004))

novas determinações do *Ser em Si* e também do *Ser para Si*⁵. Configura-se um novo tipo de trabalhador coletivo.

Considerações finais

Essa síntese composta de uma totalidade de elementos empíricos-sociais, condições e ritmo de trabalho, bem como acesso aos frutos deste. Coloca em evidência a nova configuração da relação capital-trabalho, que pode ser considerada como um ataque contundente da classe capitalista, representada pela figura do Estado, enquanto aparato jurídico burocrático nas mãos da burguesia, que o utiliza como instrumento de poder e arma contra a classe trabalhadora. Com o enfraquecimento do poder de barganha da classe trabalhadora, que conquistou uma série de direitos sociais ao longo do século XX que foram, e estão ainda sendo, por meio de uma onda de contra-reformas, retirados da classe trabalhadora com a investida do Estado por meio, p.xe. de políticas neoliberais. Estes são elementos objetivos que compõem da nova retomada e a contra-reforma do capitalismo com novos patamares de subsunção da classe operária, que é desmontada enquanto classe para si.

Em meio a tais processos multiplicam-se os obstáculos para a formação de uma consciência da identidade dos interesses da classe trabalhadora, e do processo de formação de identidades de classe enquanto classe antagônica, ou seja, contrários aos dos donos dos meios de produção. A classe trabalhadora é surpreendida por um novo turbilhão de ataques a suas garantias de existência enquanto trabalhadores e sujeitos político-sociais, para provar de mais um período de intensa precarização das condições de trabalho e contratação, bem como de desmobilização operária. Por ser fruto do movimento do real, da disputa entre capital-trabalho, a classe trabalhadora precisa encontrar novas formas de se organizar e colocar em pauta as suas necessidades e direitos enquanto classe que produz toda a vida material.

⁵ Por *Ser para Si* designamos relações que vão para além das relações dos homens com os meios de produção. Trata-se da consciência da situação de classe, que possibilita agir de acordo com um interesse de classe, fundado em experiências compartilhadas, vividas e percebidas. Tal capacidade da *classe para si* envolve capacidade de mobilização política e cultural para passar da submissão para a subjetivação (MARX, 2004).

A termo de considerações finais, em relação ao avanço do toyotismo, acabe destacar, distanciando-nos de determinismos, que o toyotismo, enquanto modo de produção universalizante, é um fenômeno social recente e que predominou a partir de uma grande derrota da classe trabalhadora e da esquerda a nível mundial. A classe trabalhadora ainda não se reorganizou e nem desenvolveu formas contundentes e vigorosas de combate a essa nova hegemonia do sistema produtivo e assim, social. Mas a sociedade enquanto um metabolismo vivo, e o homem, célula social dotado de potencialidades múltiplas, sujeito social-histórico insaciável, embora subsumido pelo avanço do capital na produção e pela precarização do trabalho, o homem não permanece passivo às transformações no curso da história. O homem nunca perde a potencialidade enquanto sujeito, ele apenas encontra-se numa condição de sujeito sujeitado. Assim, respostas se desenvolvem a todo o momento.

Referências

ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios sobre sociologia do trabalho*. Londrina: Práxis, 2007.

_____. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. *Trabalho e mundialização do capital*. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, R. (Org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *Os sentidos do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Adeus ao trabalho?* 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *A Rebeldia do trabalho*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1992.

CORIAT, B. *Pensar pelo avesso - o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Editora Revan / UFRJ, 1994.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSBAWM, E. J. *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo americano*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *O Capital – crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro I

PONCHMAN, M. *Sindeepres 15 Anos - a superterceirização dos contratos de trabalho*. S.E. 2007.

RUAS, R., ANTUNES, J. A., ROESE, M. *Avanços e impasses do modelo japonês no Brasil: observações acerca de casos empíricos*. In: HIRATA, H. (Org.) *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: USP, 1993.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ARTIGO RECEBIDO EM 2007
